

O CONCEITO DE TOTALIDADE APLICADO À IDENTIFICAÇÃO DE UMA REGIÃO*

Aluizio Capdeville Duarte**

INTRODUÇÃO

Em 1980 colocamos, em um ensaio sobre regionalização¹, certas posições conceituais, tais como, bloco espaço-social, ideologia regional, formação social-regional, com intenção de levantar a problemática sobre o "método regional" e o conceito de "região", repensando o tema, sempre atual na Geografia, apesar da fragilidade epistemológica com que é tratado.

Nossa explanação era, ao nível metodológico, de *problematização*, porque ainda não tínhamos desenvolvido estudos de realidades concretas, utilizando aqueles conceitos. Entretanto, não eram abstrações, porque nossa reflexão conceitual resultava de transação teórica com realidades empíricas por nós estudadas a partir de análises bibliográficas e relacionadas a algumas teorias específicas, sobre organização regional.

Ao mesmo tempo, já possuíamos experiência em análises concretas de "regiões", segundo outras posturas metodológicas e tradicionais na chamada "Geografia Regional".

Neste estudo retomamos aqueles conceitos aplicados à análise de uma realidade concreta, a "região cacauera da Bahia", tentando dar conta do conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região.

Naquele estudo observou-se que o conceito de totalidade, mesmo na abordagem dialética, era utilizado na análise regional, associado ao Estado-Nação, ocupando, assim, um determinado território político. Dessa forma, para muitos pesquisadores, só uma formação social poderia ser analisada como uma totalidade, como um todo social e espacial. A região seria uma parte do todo, um espaço em que se processam certas formas de reprodução do capital.

Consideramos que aquele conceito de totalidade não permitia ultrapassar os tradi-

* Recebido em 5 de novembro de 1987. A intenção em publicar este comentário, elaborado em 1983, prende-se ao fato de que os conceitos, aqui discutidos, são, ainda hoje, preocupação de geógrafos envolvidos com a questão regional e de políticos interessados em levantar o problema do regionalismo na Federação Brasileira. Ao mesmo tempo, o espaço regional, de que trata o estudo, faz parte do território do "Estado de Santa Cruz", incluído no projeto da Constituição, ora em elaboração. A análise regional, aqui apresentada, poderá trazer alguma luz sobre a proposta política referente à possibilidade de criação daquela unidade a ser desmembrada do Estado da Bahia.

** Analista Especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

¹ Aluizio Capdeville Duarte, v. Bibliografia.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 60 (2): 99-106, abr./jun. 1988

cionais conceitos de região, sempre analisada como um recorte espacial de um universo maior. A única diferença entre esta postura metodológica e as tradicionais seria a caracterização e explicação da organização do espaço, segundo bases teóricas do materialismo histórico, sobretudo utilizando o conceito de modo de produção.

A nossa formulação para a revisão do conceito de região e, por conseguinte, de sua identificação como realidade concreta, baseava-se na aplicação do conceito de totalidade à própria unidade espacial analisada. Problematizou-se, considerando-se região como uma formação social específica, constituindo uma totalidade social em si mesma.

Com esta definição pretendia-se ir além da simples identificação da dimensão espacial das especificidades da estrutura econômica em uma formação social. A identificação de uma região não estaria ligada apenas à divisão territorial do trabalho, ou ao desenvolvimento desigual das forças produtivas no espaço de uma dada formação social.

A base teórica para aquela definição está sustentada nas relações entre as instâncias que caracterizam uma dada estrutura social em um determinado território. Parte-se da observação de que nas formações sociais existem contradições e interesses antagônicos, não só entre as classes sociais e entre ramos da economia, como entre segmentos da classe dominante, entre classes dominantes de diferentes espaços geográficos e, por conseguinte, entre espaços. Considerou-se, assim, que a sociedade de uma formação social não tem interesses comuns, quando se analisa e particulariza seu desdobramento espacial. Isto fica mais evidenciado quando a análise é temporal.

Teorizou-se que o capital, em suas relações internas e externas, em uma formação social, para viabilizar sua reprodução em seu processo hegemônico, pode ir de encontro aos interesses da classe dominante em diferentes espaços da formação social.

Esta força a reação de outras classes sociais, mobilizando a sociedade local como um todo. Constitui-se, naquele espaço, um bloco de resistência que pode ser conceituado como um bloco regional. Em outras posturas metodológicas, esta reação e este bloco têm sido analisados como regionalismo. Conceito carregado de conotação pejorativa, muitas vezes alienado e que precisa ser repensado teoricamente e resgatado como *praxis*². Ao mesmo tempo, para a reprodução do sistema social local e para a constituição do bloco regional, estabelece-se uma ideologia regional. Esta deve ser analisada nas suas contradições internas e como anteparo às estratégias da sociedade da formação social global.

Neste estudo, a abordagem metodológica que orientará a análise será caracterizada pela identificação das inter-relações que definirão a estrutura de uma determinada realidade social. Entre elas algumas serão determinantes e definirão as especificidades sociais do espaço geográfico que será definido como regional. Esta postura implica em que não se terá para análise um espaço concreto pré-delimitado como região, isto é, o universo regional como pesquisa, mas um território que é uma realidade objetiva que será analisada segundo o conceito de totalidade e identificar-se-á, nele, uma região ou não.

Este tratamento metodológico é uma ruptura com as posturas tradicionais da análise regional, isto é, a inter-relação de "fenômenos" ou "elementos" abióticos, bióticos e econômico-sociais de um espaço, para chegar à "síntese regional". É, igualmente, uma revisão metodológica não só da aplicação de modelos e teorias de localização econômica para identificar e caracterizar "espaços regionais", como, também, das posturas dialéticas utilizando conceitos do materialismo histórico para subdividir uma totalidade espacial.

Na abordagem proposta neste estudo não se parte da região: chega-se à região. Isto exige retomar o conceito de totalidade e esclarecer como foi utilizado, para que se en-

² O regionalismo está sendo repensado no Brasil como uma prática política, não tendo mais a conotação relacionada ao folclore ou costumes. É uma postura para reivindicações da sociedade de um determinado território, como o Nordeste brasileiro. Pode-se colocar que é um conceito carregado de conotação ideológica, mas é incontestável que é um movimento de tomada de atitudes de comunidades de determinados espaços do Território Nacional, representando blocos regionais.

tenda a análise processada no espaço cacauero do sul da Bahia.

O CONCEITO DE TOTALIDADE

A totalidade que aqui se toma como marco conceitual não se restringe ao mecanismo do conceito de modo de produção. Não é, também, a simplificação conceitual em considerá-lo como a complexidade das relações sociais de uma formação social. Ao mesmo tempo, totalidade não é "fetichizada", tornando-se uma abstração metodológica. Ao contrário, considerou-se totalidade como uma realidade concreta e estruturada. Assim, ela só é entendida a partir da própria realidade que está sob análise. Ela pode ser apreendida a partir das relações entre os elementos que a constituem. Para sua compreensão, o conhecimento deverá estar direcionado para a identificação de determinações mais ricas e mais complexas e, assim, mais concretas e passíveis de serem analisadas.

É uma postura diferente daquela que considera um determinado objeto real como um todo sendo constituído por partes que se adicionam e que uma dessas partes pode ser, em outra escala, outro todo. A totalidade aqui conceituada é inteiramente oposta àquela que considera o todo como constituinte de partes, mesmo que estas tenham relações entre si, interajam e sejam opostas. O conceito de totalidade utilizado está relacionado a uma visão global da realidade social, historicamente determinada, numa relação concreta de determinações (não-causalidades), estruturada (relação entre forma e conteúdo), em transformação (mudança de estrutura) e, sobretudo, em que se privilegia a contradição e não a diferenciação no todo social.

É necessário enfatizar que este conceito de totalidade não pode ser materializado em uma "figura" ou "retrato" do conjunto social ou do seu espaço. Não é um "modelo — construído com independência a partir do recorte do objeto, do isolamento de invariantes e variáveis características — que serviria, então, para explicar a realidade" (Brandão, 1977). Com isso, fica evidente

que estamos longe dos "modelos regionais" que trabalharam com "totalidades funcionais". Aproximamo-nos das considerações de Kosik (1976), que enfatiza a concretude do conceito a partir do conhecimento da realidade e nesta está a exigência metodológica e o princípio epistemológico da categoria.

Fica evidenciado que ao se considerar a totalidade não se pretende conhecer nem detalhar todos os elementos e fatos que constituem uma determinada totalidade. "A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta" (Kosik, 1976).

Para chegar a essa realidade, o fio condutor é considerar que a totalidade social é a inter-relação de três níveis ou instâncias da sociedade: o econômico — estrutura econômica e classes sociais; o político — as instituições, o aparelho do Estado, e a sociedade civil, e o ideológico — os aparelhos ideológicos e o discurso social (Fossaert, 1979). Dessa forma, os três níveis deverão ser analisados e procurar-se-á ver, entre eles, quais as inter-relações que são as determinações que definem a estrutura social daquela realidade.

Como se trabalha com determinações históricas, as inter-relações mudam no tempo porque elas se inserem em processos sociais mais amplos e externos àquela realidade, apesar de se relacionarem com a mesma. Esta postura metodológica orienta a análise da sociedade que, ao longo do tempo se apropriou de um espaço natural inserido naquela realidade ou estrutura social, passando a ser o seu espaço social, geográfico. A análise desta estrutura social, naquele espaço, ao longo do tempo, segundo o conceito de totalidade, permitirá identificar se aquele espaço geográfico é um espaço regional.

O CONCEITO DE TOTALIDADE APLICADO AO ESPAÇO CACAUERO DA BAHIA

A aplicação do conceito de totalidade, como abordagem metodológica da análise re-

gional, não é fazer a "anatomia" dos elementos que estruturam a sociedade. Não se trata de fazer estudos isolados, detalhados e exaustivos, de estratificação social, da ação do Estado e de seus agentes naquela sociedade, como é feito por sociólogos, historiadores e cientistas políticos. Nesta abordagem metodológica utilizam-se estudos desses cientistas sociais para verificar a existência de níveis que caracterizem uma totalidade social, isto é, compreender se existe uma sociedade estruturada em três níveis ou instâncias: o econômico, o político e o ideológico. A análise será, na realidade, verificar as inter-relações entre as três instâncias que determinam a estrutura social. Esta é definida não pela estruturação das classes sociais existentes, mas pela ação de diferentes agentes sociais dos três níveis e pelas inter-relações que mantêm entre si. As inter-relações são as determinações que explicam a sociedade e seu espaço, suas transformações e sua reprodução como uma totalidade, como uma região.

Comparando esta postura metodológica de análise, com as tradicionais do "método regional", as determinações seriam as "características regionais" tão apregoadas na "Geografia Regional".

Esta abordagem analítica tem premissas metodológicas. Primeiramente, sob o ponto de vista epistemológico, exige um conhecimento prévio da realidade social com que se trabalha. Aliás, isto está inserido no conceito de totalidade já expresso anteriormente, onde a totalidade é pensada a partir da própria realidade que é concreta, objetiva, e, assim, passível de ser analisada. A outra premissa é que se trabalha sobre um espaço que a sociedade, ao se organizar, o produziu e que deverá ser o espaço da região, isto é, regional. Isto porque uma sociedade só pode existir sobre um território, sobre um espaço natural ou ecológico de que ela se apropriou e transformou em espaço social ou geográfico, num processo de interação contínua, onde não se pode separar a fase da origem da sociedade da do seu espaço. "A sociedade se cria, criando seu espaço; todas duas formam, em seguida, um todo

indissolúvel que carrega a mesma evolução" (Isnard, 1978). Considera-se a sociedade com seu espaço, em processo de interação constante, dialética, dinâmica e sempre em transformação. Daí, ao nível metodológico, a análise denominada regional não precisar ser efetuada sobre um espaço predefinido como região. O espaço geográfico identificado será regional, porque a sociedade que o produziu é uma totalidade social. Os limites territoriais da região serão os limites do poder de atuação daquela sociedade, naquele espaço produzido por ela.

Ao se processar uma análise empírica será necessário, entretanto, definir qual o espaço concreto a ser investigado. Não com a preocupação de delimitá-lo, definindo limites, que seriam regionais, mas como universo de pesquisa. No presente estudo, o espaço para a análise, aplicando o conceito de totalidade social, foi o do litoral sul da Bahia, conhecido como "região cacauêira". Esta é uma realidade social já bastante estudada pela importância que a lavoura cacauêira ainda tem para a economia baiana, apesar da diversificação atual das atividades produtivas. São numerosos os estudos feitos por geógrafos, agrônomos, economistas, historiadores e, mais recentemente, por sociólogos e cientistas políticos sobre aquela realidade. Estes estudos foram o ponto de partida para repensar aquela sociedade e, por conseguinte, seu espaço como uma totalidade.

A análise empírica se desenvolveu sobre o território constituído por municípios do litoral sul da Bahia, que têm sua base econômica na produção de cacau. Este ponto de partida para a pesquisa foi para relacionar o conceito tradicional de "região homogênea" com a nova proposta metodológica. Aqui fica implícito que todo conceito científico novo parte de um conhecimento anterior — que está sob crítica e renovação — repensado, num processo de que o saber sobre o objeto de conhecimento tem uma história³. Em outras palavras, para se chegar ao conceito de região como totalidade social, parte-se de conceitos tradicio-

³ Aqui fica evidenciado que, ao nível da teoria do conhecimento, nos alimentamos das posturas epistemológicas de Gaston Bachelard.

nais já trabalhados empiricamente e que não deram conta da complexidade da realidade social.

Este segmento espacial do território baiano, concreto, é conhecido como zona cacauera ou região cacauera e está sob a influência de Itabuna e Ilhéus, os dois tradicionais centros da região. Esta influência regional tem sido medida através dos princípios das teorias de localização econômica ou da chamada vida de relações: conceito muito utilizado na Geografia, porém teoricamente pouco desenvolvido. Isto porque ora são confundidas com a teoria de desenvolvimento polarizado, ora com a teoria dos lugares centrais. A homogeneidade regional é caracterizada pela lavoura do cacau e esta tem sido explicada como decorrente das excelentes condições físicas (solo e clima) favoráveis ao seu desenvolvimento.

A nossa análise sobre esta realidade espacial, concreta, historicamente determinada, é feita, no processo metodológico, através dos três níveis da totalidade social.

O nível ou instância econômica é definido pela lavoura cacauera que, ocupando a quase totalidade da área em exploração das propriedades rurais, é orientada para os mercados externos, cuja flutuação é a balança da produção agrícola da área. Os preços do cacau nos mercados de Londres e Nova Iorque dirigem a economia local. Para a exportação do produto, desde o início de sua produção, organizou-se uma estrutura de comercialização complexa, com as firmas exportadoras, verdadeiros grupos econômicos, funcionando com seus agentes, e filiais prepostos espalhados pelos municípios produtores. Os agentes do nível econômico são os produtores de cacau e os comerciantes voltados para a exportação do produto. Constituem o segmento da sociedade que, controlando a produção, fazem parte da classe dominante regional. Na estruturação social, ainda na instância econômica, tem-se os trabalhadores assalariados nas roças de cacau e aqueles dedicados ao comércio e transporte do produto.

A estrutura econômica é caracterizada pela monocultura cacauera, que é a deter-

minação desta instância. Aqui é necessário enfatizar que monocultura, na análise feita, não é, apenas, a especificidade da orientação da agricultura. Não é o índice de maior percentagem de terras cultivadas como o cacau em relação à área total ocupada com todas as lavouras. A monocultura, como determinação econômica, é toda uma forma de produção em que as relações estão baseadas para e pelo cacau. É a inter-relação entre produção, comercialização, exportação e consumo de cacau, base econômica daquela sociedade. Na análise regional, a dimensão espacial de cada um dos elementos da inter-relação deve ser investigada. Assim, entre outros aspectos, deve-se ver a distribuição da lavoura de cacau, identificando-se se há ou não concentração da produção, como também a participação de cada município na produção cacauera da região. Dessa forma, será possível verificar que cada elemento do todo espacial — o município, elemento empírico da análise — contribui para a riqueza regional, isto é, o cacau. A apropriação de benefícios, tais como equipamento de infraestrutura social, pelos municípios, não se dá na mesma proporção da sua inserção na produção da riqueza regional, refletindo as desigualdades espaciais existentes na região.

Nas inter-relações horizontais, verificadas na instância econômica, isto é, entre os agentes sociais como produtores, comerciantes e exportadores de cacau, são detectadas outras inter-relações, estas verticais, pois referem-se a outros agentes sociais da outra instância — a política. Estes agentes são representados por instituições oficiais e privadas da economia cacauera, surgidas ao longo da história da sociedade local, mas inseridas nos processos sociais mais abrangentes da formação social brasileira.

Entre as instituições oficiais destaca-se o Instituto de Cacau da Bahia⁴, órgão estadual envolvido na política de produção e comercialização do cacau, desde 1931. Um outro órgão oficial, porém de ação federal, atua diretamente na região cacauera, tendo sido criado para orientar a política do produto, em 1957, e, denominado, atualmente,

⁴ Angelita Nobre Rolim Garcez, para maiores detalhes, v. Bibliografia.

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC. Estes dois órgãos oficiais, atuando na região, com localização física no próprio espaço cacaueiro, definem as inter-relações da instância política com a instância econômica. Há contradições e conflitos de poder subjacentes nas inter-relações entre os agentes da instância política, sobretudo com os agentes institucionais das classes produtoras da região. Estas instituições são o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, a Cooperativa Central dos Produtores de Cacau, além das Associações Comerciais de Ilhéus e Itabuna, que se hoje não têm o mesmo poder do passado, contribuíram muito para a formação da sociedade civil.

As relações e interdependência entre a classe dominante regional e as instituições de Estado, definem as determinações políticas. Estas, ao longo da organização da sociedade e sua estruturação espacial, expressam-se em políticas tributárias e cambiais ou reformulações de órgãos, leis e decretos relacionados à economia do cacau a partir dos governos federal e estadual, que definiram e redefiniram a política cacaueira. Muitas vezes, foram evidentes as contradições das determinações, colocando o poder federal em oposição aos interesses da sociedade cacaueira. Outras, foram antagonismos que colocaram a classe dominante regional em oposição ao governo do Estado da Bahia⁵.

Há marcos desses conflitos no espaço regional quando se analisa a localização das sedes das instituições. Assim, a sede do Instituto de Cacau da Bahia foi transferida de Salvador, em 1966, para Ilhéus, acatando o governo da Bahia uma reivindicação da sociedade regional, de modo especial da classe dominante de Ilhéus. A sede do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, que é uma manifestação institucional das prerrogativas dos produtores de cacau, foi construída em Itabuna. Na rodovia que liga as duas cidades foi instalada a CEPLAC,

quase numa manifestação da neutralidade da ação federal em relação aos conflitos no espaço regional.

Não há separação de ação e efeito entre os agentes e instituições que definem o nível político e a base econômica da estrutura social. São as inter-relações entre eles que determinam a outra instância — a ideológica.

Esta instância, como realidade empírica, não é passível de análise como as duas outras. Ela é percebida e permeia as demais. É ela que viabiliza a própria estrutura social, sendo, no caso da região cacaueira, a própria determinação que define a sociedade como uma totalidade. Aqui, considera-se ideologia como um objetivo que reúne a todos. No caso, os proprietários e comerciantes de cacau, juntamente com outros segmentos da classe dominante, como políticos e técnicos (se bem que, na região, não há separação nítida desses elementos, pois o comerciante-exportador é, também, caucultor e o técnico e o político podem ser fazendeiros), ao longo do processo de formação da sociedade, da região, desenvolveram a idéia de que a lavoura do cacau era uma causa que interessava a todos; tanto aos trabalhadores de cacau, que sobrevivem vendendo sua força de trabalho nas roças de cacau, como aos proprietários ou exportadores, que têm na lavoura a sua fonte de acumulação de capital, reproduzindo-o, sob outras formas, em outros espaços. O cacau, como fonte de riqueza, é uma idéia intrínseca à própria região. Foi ela que mobilizou o deslocamento de populações de outras áreas para a região, que constituiu a mão-de-obra barata, iludida pela disponibilidade de terras e esperanças de riqueza. As ilusões foram desfeitas, à medida que, ao longo do tempo, as roças eram constituídas, pelo suor do trabalhador, pelos conflitos pela posse da terra, bem como pela concentração da produção e da riqueza⁶. Entretanto, o cacau continua a mobilizar esperanças e a ideologia é reforçada. O preço do ca-

⁵ Foi elaborado, em 1982, para a SUDENE, um estudo sobre a Região Cacaueira da Bahia, em convênio com a Universidade Federal de Sergipe, do qual fizemos parte, redigindo, entre outras partes, o capítulo sobre a produção do espaço regional. Este trabalho foi publicado pela SUDENE, em 1983, na Série Regional. Nele há detalhes sobre as contradições entre os agentes dos poderes central, estadual e regional, ao longo da formação da região.

⁶ Além dos estudos científicos, a obra literária de Jorge Amado sobre o cacau e a região cacaueira são documentos que mostram esta realidade social.

cau nas cotações internacionais preocupa a todos. O fruto da planta é modelo para logotipos ou obras de arte na região. "Todos falam na lavoura!". A vida regional gira em torno da monocultura. O espaço se estrutura através das roças de cacau e os lugares se articulam pelo comércio do produto. São especificidades sociais de uma totalidade espaço-social que tem uma dimensão espacial própria, daí ser uma região.

A REGIÃO É UMA TOTALIDADE SOCIAL

A região cacaueira é uma realidade concreta em que se identificam três níveis de estrutura social. A monocultura cacaueira é a determinante, em última instância, porém, a ideologia é o nível dominante. Se não fosse ela, talvez os conflitos sociais internos já tivessem eclodido. O nível político permeia toda a estrutura social, permitindo considerá-la como uma formação social-regional. Como tal, ela é uma totalidade que tem contradições internas e está, também, em antagonismo com interesses da formação social-geral do País como um todo.

Desde que a região se formou, e isso foi concomitante com a organização da sociedade e da monocultura cacaueira, aquela formação social representou um bloco de resistência a outros interesses que não fossem vinculados à economia do cacau. Não só os do governo do Estado da Bahia, constituído por uma classe não vinculada à região cacaueira e que procurava tirar excedentes daquela economia⁷, como os do governo central, com sua política econômica voltada para o processo de industrialização, viabilizado pelos recursos advindos da exportação de produtos primários. A ação do poder da sociedade regional foi diluída pela ação do poder central do Governo Federal, caracterizando, na vida regional, fases de crise. A região teve que fazer concessões à centralização do poder, para sobreviver nos

períodos de autoritarismo do Estado Novo e após a Revolução de 1964. Conseguiu superar as depressões econômicas regionais e as crises políticas porque estava estruturada em seus três níveis, constituindo uma totalidade. Politicamente é um bloco regional. Atualmente, apesar de ainda depender do poder central, por causa dos agentes e aparelhos do Estado representados pela CEPLAC e CACEX, ela resiste ao seu esvaziamento como região. Colocando-se contra o desenvolvimento da cacauicultura na Amazônia ou no Espírito Santo, defende a sua base econômica e mantém sua reprodução. É contrária, também, à introdução de outras lavouras, na região, que venham quebrar a monocultura do cacau. Há contradições entre os interesses da classe dominante regional e a política da CEPLAC, agente do poder central naquele espaço.

Internamente, a região tem suas contradições representadas pelas desigualdades de equipamento social e infra-estrutura econômica nos municípios que constituem o espaço regional. Todos produzem a riqueza que é o cacau, mas nem todos se beneficiam dos produtos da riqueza. Isto ocorre não só entre a classe dominante regional e os demais segmentos sociais, mas, também, entre os espaços que constituem a região. A hegemonia que Ilhéus e Itabuna exercem sobre o espaço regional, subordinando os demais municípios, é a forma do conteúdo regional da totalidade social atual.

CONCLUSÕES

A análise empírica, realizada, evidenciou que a aplicação do conceito de totalidade, como abordagem teórico-conceitual de análise regional, dá conta da estrutura social complexa que é a região cacaueira e ultrapassa as limitações de outras abordagens metodológicas já utilizadas.

Como conceito de região a totalidade permite entender um espaço e sua sociedade integrados em suas múltiplas determina-

⁷ Estas idéias não serão desenvolvidas aqui, porque já estão elaboradas, de maneira precisa, por historiadores da Bahia. Entre as obras mais importantes e que foram por nós pesquisadas recomenda-se: Angelina Nobre Rolim Garcez e Antônio Fernando G. de Freitas, v. Bibliografia.

ções, consideradas como especificidades sociais do conjunto em que se insere. No caso, a região cacauêira, como uma especificidade na Bahia e no Brasil.

Ao mesmo tempo, se for aplicado este conceito de região, isto é, como totalidade social, a diferentes segmentos espaciais de uma formação social, pode-se compreendê-la como uma totalidade e, assim, entender sua estrutura espacial.

O estudo, aqui desenvolvido, teve como objetivo dar uma contribuição concreta, a partir da pesquisa de uma realidade objetiva, para repensar o método regional. Ao mesmo tempo, permite concluir que região, como um bloco espacial com especificida-

des sociais dentro de uma totalidade espaço-regional ou formação social, pode ser analisada e identificada em diferentes escalas. Assim, partindo-se da análise regional para chegar à região, aplicando-se o conceito de totalidade social, pode-se repensar a organização regional no Brasil como uma dimensão espacial da sociedade brasileira na atualidade. O importante é procurar entender quais são as determinações e quais são os níveis ou instâncias da estrutura social que permitem identificar diferentes regiões no País e as escalas espaciais por elas ocupadas. As escalas regionais dependerão da base de generalização metodológica aplicada e do método de análise desenvolvido.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Gildo Marçal Bezerra. Totalidade e Determinação Econômica. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, Editorial Gribaldo, v. 1, 1977.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização — Considerações Metodológicas. In: *Boletim de Geografia Teorética*, 10 (20), Rio Claro (SP), Associação de Geografia Teorética, 1980.
- FOSSAERT, Robert. *A Sociedade. I — Uma Teoria Geral*. Tradução de Mathanael C. Caixeiro, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- GARCEZ, Angelita Nobre Rolim. *Meio Século de História*. Salvador, Bahia, Instituto do Cacau da Bahia. Publicação do Governo do Estado, 1981.
- _____; FREITAS, Antonio F.G. de. *Estudos Baianos*. Universidade da Bahia, n. 11, 1979.
- ISNARD, Hildebert. *L'Espace Géographique*. Paris, PUF, 1978.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves & Alderico Torfbio, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.